

A Sustentabilidade do Território

Jaime Garcia Siqueira

Antropólogo, coordenador do Projeto Frutos do Cerrado do CTI e doutorando em Antropologia Social na UnB

FORTALECIDOS E UNIDOS POLITICAMENTE, OS TIMBIRA BUSCAM MANTER A INTEGRIDADE DE SUAS TERRAS E IMPLEMENTAR ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS FRENTE À GRANDE PRESSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO CERRADO AMAZÔNICO

A região de cerrado entre o sul do Maranhão e o norte do Tocantins onde habitam os Timbira, grupo lingüístico ao qual pertencem diversos povos indígenas, é caracterizada por um processo de expansão da fronteira agrícola, com ocupações irregulares, implantação de monoculturas (principalmente soja), criação de gado nas fazendas vizinhas e um desenvolvimento regional intenso, acarretando forte pressão nos territórios desses povos. As terras timbira contam ainda com grande parte de seus recursos naturais relativamente preservados, mas são descontínuas e formam pequenas ilhas cercadas por fazendas de criação de gado, em uma região onde a luta pela posse da terra é violenta. Há, em virtude disso, uma preocupação constante desses grupos indígenas com a demarcação e fiscalização de seus territórios.

Desde 2003, foi entregue à Funai o relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena (TI) Porquinhos, dos Canela Apãnjekra, que infelizmente não estão contando com o apoio do órgão indigenista oficial para dar andamento ao processo. Pior do que isso, o atual presidente da Funai recusa-se a publicar o resumo do relatório e chegou a propor a redução da área defendida pelos índios, num expediente que lembra os mais sombrios tempos da ditadura. Os Gavião Pykobjê deram entrada na Funai com um pedido para ampliação do seu território, mas sequer foram considerados até o momento.

Os Krikati contam com apoio legal para a retirada de posseiros de seu território, sendo que algumas famílias já foram indenizadas. Os Apinajé estão discutindo e tentando embargar a obra da Barragem Serra Quebrada, proposta para ser construída no rio Tocantins, cujo alagamento atingiria a sua área, muito rica em babaçu, madeiras de lei, frutos nativos e animais silvestres. Além

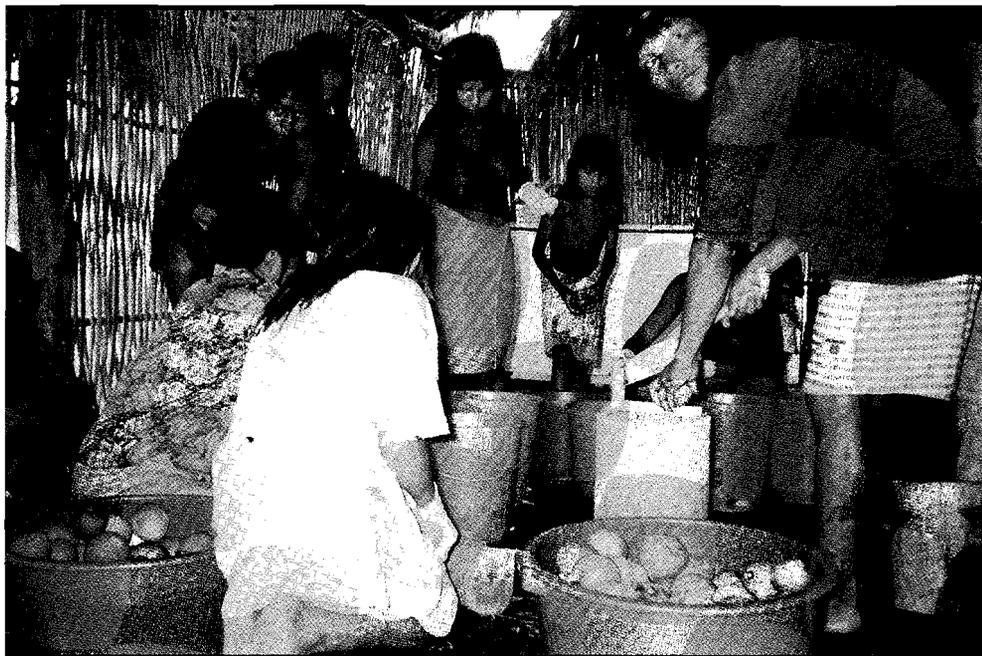
disso, também existe uma demanda de ampliação dessa TI paralisada há anos na Funai.

Os Krahô, como todos os grupos citados, são alvo de pressões por parte de caçadores, madeireiros, fazendeiros e invasores de terras. Além disso, vêm sofrendo forte impacto no entorno de sua área em função do avanço desenfreado da implantação das monoculturas de soja, fazendo daquela região uma das mais novas frentes de expansão desse cultivo, gerando a abertura de estradas e grandes desmatamentos.

Uma alternativa para garantir uma maior proteção do entorno das terras Timbira tem sido a defesa da criação de corredores ecológicos entre essas TIs. Um exemplo interessante é a possibilidade de criação de um corredor de biodiversidade entre as TIs Krahô e Apinajé, abrangendo as fronteiras do Maranhão e Tocantins, compondo um mosaico de Unidades de Conservação. Como parte dessa estratégia, foi criado recentemente o Parque Nacional Chapada das Mesas, com cerca de 160 mil ha, localizado nos municípios de Carolina e Estreito (MA), exatamente entre as duas TIs citadas. A área do Parque foi delimitada excluindo as principais áreas extrativistas e grandes povoados, resguardando basicamente importantes nichos ecológicos, monumentos naturais e áreas ameaçadas pela monocultura da soja.

A PRESSÃO DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Desde as últimas décadas do século XX, as regiões de Imperatriz/MA (230 mil hab.), Araguaína/TO (120 mil hab.) e Marabá/PA (168 mil hab.) têm sido alvo de empreendimentos significativos e de vultosos incentivos fiscais voltados à industrialização e modernização da agricultura. Para os povos Timbira, esse processo tem significado a retaliação de seu território, agravado pela passagem de circuitos de linhas de transmissão de alta tensão, de rodovias estaduais, municipais e federais, como a Transamazônica (que atravessava o território Apinajé) e a Belém-Brasília. A maioria dos Timbira está ainda situada na área de influência das ferrovias Norte-Sul e Ferro-Carajás.



Índias Krahô, Aldeia Nova.

Nos dias de hoje, a região ocupada por esses povos sofre duas grandes ameaças: a pecuária extensiva de baixa tecnologia e o aproveitamento intensivo dos solos para a produção de grãos, principalmente soja. A crescente remoção da cobertura vegetal vem provocando perdas de solo e assoreamento dos rios, além de contaminação por meio da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Essa expansão tem provocado a abertura de estradas na fronteira da área Krahô, além de grandes desmatamentos. Para agravar o quadro, os pequenos produtores rurais têm vendido suas terras aos fazendeiros da soja, acirrando a desestruturação fundiária e da agricultura familiar nessas áreas e deslocando contingentes para os centros urbanos regionais.

Esse processo afeta diretamente as Terras Indígenas, interferindo na oferta dos meios de subsistência das aldeias (diminuição da caça e de frutas), na poluição dos corpos d'água e lençóis freáticos que as abastecem devido ao uso intensivo de agrotóxicos nas modernas lavouras no entorno e deposição de lixo em rios e córregos. Para povos que têm na caça, pesca e coleta as suas principais fontes de alimentação, esses impactos têm afetado fortemente sua qualidade de vida. Além disso, as Terras Indígenas passam a ser "ilhas de biodiversidade", cercadas de grandes projetos de desenvolvimento que utilizam o cerrado sem o enfoque da sustentabilidade.

NOVOS INTERLOCUTORES, VELHOS PROBLEMAS

Para os pequenos produtores rurais, pescadores, barqueiros, coletores de frutas, indígenas e empresários de ecoturismo, os rios são importante fonte de trabalho. Por outro lado, para uma minoria, essa fonte se resume a uma grande oportunidade de

negócios, que não leva em conta a cultura e os costumes da população local. Conforme dados do mapa de potencial hidrelétrico da Eletrobrás (1999) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um total de 55 obras está previsto para as bacias hidrográficas brasileiras, sendo 40 barragens planejadas para o rio Tocantins e seus afluentes (31 grandes barragens e nove pequenas barragens), dez para o rio Araguaia e rio das Mortes e cinco para o rio Xingu.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito tem sido considerada prioridade pelo Governo Federal e trará enormes impactos em toda a região. O Ministério de Minas e Energia tem feito pressões sistemáticas para que o Ibama conceda a Licença de Instalação para o início das obras. A Licença Provisória foi concedida em 2005 com uma listagem de cerca de 50 condicionantes, que incluem a realização de estudos etnoecológicos, em função dos impactos que serão causados aos Krahô, a montante, e aos Apinajé, Krikati e Gavião, a jusante da barragem. Também são requisitados estudos mais aprofundados sobre os prejuízos que serão causados ao extrativismo, pelo alagamento de extensas áreas de ocorrência natural de frutos e outros produtos. Até as últimas audiências públicas realizadas em 2005 nos municípios da região, essas questões não estavam sendo consideradas, o que só ocorreu graças à efetiva participação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Associação *Wyty-Catê* nesses eventos.

O consórcio responsável pela obra, Consórcio Energia Estreito (Ceste), tem demonstrado muito pouca sensibilidade para lidar com a questão indígena, que continua sendo um impasse até o momento porque os empreendedores têm se recusado a atender as condições dos índios para a realização dos estudos em campo. O mesmo descaso tem se verificado com a questão do extrativismo e dos impactos diretos que a barragem vai causar

TREZE ANOS DO PROJETO FRUTOS DO CERRADO: NOVOS DESAFIOS

Conhecido como a savana mais rica no mundo em biodiversidade e considerado de extrema importância para a conservação da biodiversidade mundial, o cerrado também é marcado pela sua sociodiversidade, ou seja, pela quantidade de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, produtores familiares, ribeirinhos) que necessitam dos recursos naturais desse bioma para a sua sobrevivência física e cultural. Não obstante, principalmente com o deslocamento da fronteira agrícola entre as décadas de 70 e 80, a paisagem do cerrado foi drasticamente modificada por desmatamentos, uso de agrotóxicos, queimadas e outras alterações antrópicas. Atualmente, estima-se que apenas 20% deste bioma estejam conservados. O projeto Frutos do Cerrado, uma parceria do CTJ e a Associação Wyty-Catê – cuja vertente econômica é a FrutaSã, a fábrica de polpa de frutas –, surgiu nesse contexto como alternativa de gestão sustentável dos recursos florestais do cerrado amazônico.

O Projeto Frutos do Cerrado e a FrutaSã têm recebido, nesses últimos 13 anos, apoios do MMA, MDA, Funday e outras agências de fomento governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras. A FrutaSã já participou de inúmeras feiras e eventos nacionais e internacionais e recebeu diversos prêmios, como reconhecimento de seus méritos socioambientais e de gestão, tais como: Prêmio Chico Mendes do MMA, como melhor negócio sustentável em 2003; Prêmio Tecnologias Sociais, da Fundação Banco do Brasil, em 2005; Prêmio Gestão Pública e Cidadania, da FGV, em 2005.

Apesar das dificuldades encontradas em um empreendimento com essas dimensões, a produtividade da fábrica de polpa tem aumentado nos últimos anos, principalmente após a realização e implantação de um plano de negócio. Desde a criação da fábrica até 2000, foram instalados diferentes equipamentos para melhorar a produção de polpas e construída uma nova unidade industrial. Com a mudança para essa unidade, ao final de 2000, iniciou-se uma nova etapa, saindo da fabricação semi-artesanal para um desenvolvimento das atividades produtivas de beneficiamento e gestão mais profissionalizadas. A FrutaSã conseguiu um salto qualitativo ao melhorar o gerenciamento, produção e comercialização. Também foram realizados contatos e primeiros intercâmbios de polpas com outras indústrias, completando a oferta de sabores da FrutaSã e encontrando novos mercados para seu principal produto – o bacuri. Essas mudanças sempre envolveram os parceiros

indígenas, levando todas as questões para as assembleias gerais da Wyty-Catê, nas quais os caciques das aldeias associadas tomam as decisões e aprovam os trabalhos realizados pela Wyty-Catê e pela equipe/funcionários da FrutaSã.

Assim, das primeiras produções de apenas 5 mil kg em 1998, a FrutaSã passou a produzir mais de 70 mil kg a partir da safra 2003/2004; em 2003, comercializou mais de 65 mil kg. Atualmente, beneficia cerca de 120 toneladas/ano de polpas, que são vendidas no mercado regional. Esses números indicam que, cada vez mais, a FrutaSã se aproxima da sustentabilidade econômica. As frutas tradicionais do cerrado compõem a maior parte da produção, sendo o bacuri, o cajá e o caju os produtos principais, além das polpas de acerola, abacaxi, goiaba, maracujá, juçara, buriiti, bacaba e murici.

CRESCER E DIVERSIFICAR

Para evitar impactos ambientais negativos com a enorme quantidade de resíduos produzidos a partir do beneficiamento das frutas em forma de bagaço e sementes, estes estão sendo usados para produzir adubo e para a produção de mudas, em parceria com a Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina (AAPP), que servem para reflorestar áreas degradadas e adensar a ocorrência das frutas nativas em torno das aldeias associadas à Wyty-Catê. Estão sendo pesquisadas outras tecnologias adequadas ao aproveitamento racional desses resíduos.

A preocupação constante da FrutaSã é encontrar, nos próximos anos, outras formas de beneficiamento de frutas pouco aproveitáveis para a produção de polpas, mas com um alto potencial para a produção de óleos, como o caso do pequi, bacaba e buriiti. A diversificação da produção é, portanto, um dos principais desafios, tendo em vista a necessidade de criar outras alternativas de geração de renda para índios e não-índios extrativistas.

Quanto à estratégia de comercialização, a FrutaSã busca e estabelece parcerias com outros projetos similares, envolvendo comunidades tradicionais e produtores familiares. Suas principais atividades são a comercialização conjunta, trocas de mercadorias entre os parceiros e abertura de novos mercados.

A FrutaSã encontra-se atualmente no limite de seu estágio de crescimento, necessitando atualizar seu plano de negócios para vislumbrar a estratégia de consolidação do empreendimento para os próximos anos. Depois de anos de trabalho para implantação e desenvolvimento da experiência, chegou a hora do “pulo do gato”, para consolidar definitivamente o Frutos do Cerrado e a FrutaSã não apenas como alternativa econômica viável, mas como um modelo de desenvolvimento sustentável para os povos do cerrado.



Unidade de beneficiamento FrutaSã, em Carolina.



para centenas de produtores rurais e também para a *FrutaSã*, que terá grande parte de sua produção prejudicada pelo enchimento do lago.

De fato, a UHE de Estreito traz problemas ambientais e sociais irreversíveis, que se fossem levados a sério, inviabilizariam a cons-

trução desse empreendimento. Na verdade, trata-se de velhos problemas, desta vez com novos interlocutores, nada preocupados com as questões que afligem a população indígena e não-indígena da região. (março, 2006)

OS TIMBIRA E A ASSOCIAÇÃO WYTY-CATÊ

Os grupos Timbira somam uma população total de aproximadamente 6 mil índios, distribuídos em mais de 30 aldeias. A Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins foi fundada em março de 1994, mas registrada em cartório somente em abril de 1996, englobando atualmente 17 aldeias. A Wyty-Catê possui sede própria em Carolina (MA), onde também o CTI mantém o Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pinxyj Himpêjxã (CEPPH) (“casa da comadre, lugar de respeito”).

Depois da criação da Wyty-Catê, inúmeras outras associações surgiram: Associação Gavião (1995), envolvendo as aldeias do Governador, Rubeácea e Riachinho – sendo que depois as duas últimas criaram suas próprias associações (2002); Conselho Indígena Pemp'cahye, dos Krikati (1995) – seguida por outras associações específicas de mulheres e alunos; Associação Krinhduré, dos Apinajé (1999); Associação Apãnjekra, dos Canela da aldeia Porquinhos (2000).

A Wyty-Catê, por sua vez, ao articular essas associações e as aldeias associadas, vem se transformando, ainda que informalmente, em uma “federação” das comunidades dos povos Timbira, da qual só não participam, ainda, os Gavião-Parkatejê e os Timbira Kukoi-Krepancatejê. A Wyty-Catê se articula ainda com uma série de organizações indígenas, como a Coiab, Coordenação dos Povos Indígenas do Maranhão

(Coapima) e Coordenação das Organizações Indígenas do Araguaia-Tocantins (Colat). Ultimamente, tem participado de discussões com os Xavante e outros grupos para a realização de um encontro dos grupos Jê e povos indígenas do cerrado, visando iniciar uma articulação de todos esses grupos.

AGENTES AMBIENTAIS

A Wyty-Catê articula uma série de atores que vêm assumindo diversas funções, algumas das quais vêm se configurando nesses últimos dez anos no contexto do desenvolvimento da associação e da execução dos projetos locais. Essas novas funções de alguma forma estariam ajudando a construir uma espécie de “identidade pan-Timbira”, por meio dos discursos e práticas desenvolvidos nos projetos e articulações que a associação propõe. Os agentes ambientais surgem nesse contexto, primeiro no papel de viveiristas nas suas comunidades, trabalhando na produção de mudas para o plantio de culturas permanentes nos quintais e roças das aldeias. Os agentes ambientais têm participado dos mutirões agrolorestais, que normalmente reúnem participantes dos diferentes grupos Timbira para a realização de práticas de manejo e plantio consorciado em áreas demonstrativas nas aldeias. Também participam de cursos e oficinas de capacitação para a formação dos mentwajê (jovens Timbira), voltados para a gestão ambiental dos seus territórios.